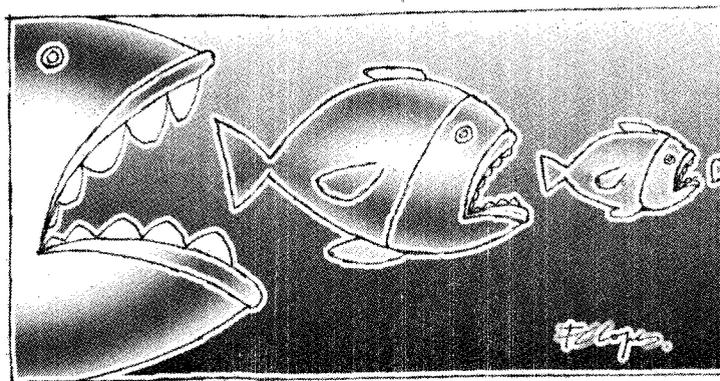


A ECONOMIA E O POVO

Josaphat Marinho

Sintoma grave da crise econômica no país é o sucessivo fracasso de empresas. Pedem uma declaração do estado de falência, diante do passivo acumulado. Outras encerram suas atividades, por força de prejuízos repetidos e crescentes. Nesse rol se encontram empresas tradicionais, como a Mesbla, o Mappin, as Lojas Brasileiras. Pequenos e médios estabelecimentos desaparecem silenciosamente. Não há sinais de que o governo esteja devidamente atento ao problema. Parece que a administração pública considera a questão de simples interesse privado.

Sem dúvida, a situação é originariamente do âmbito da iniciativa particular. Quem organiza negócio deve cuidar de desenvolvê-lo e torná-lo produtivo e lucrativo. A capacidade de competir e vencer é muito da índole do capitalismo, em todos os seus graus. Não se reduz aos grandes empreendimentos. É exigida para o enfrentamento da ganância econômica em todas as áreas mercantis. Nesse campo a solidariedade é exceção: prevalece o ânimo de conquista, a vontade de êxito, mesmo com o sacrifício alheio. Salvo em casos especiais, ninguém quer comprometer seu "nome" ou a estabilidade de sua "firma" na tentativa de salvar quem entrou em infortúnio. De



regra, lamenta-se o fracasso, sem comprometimento. É a filosofia do capitalismo.

É certo que são múltiplos os casos de declínio econômico-financeiro por má administração de negócios e bens. Não falta quem dilapide, e não mereça socorro. Velhos e novos ricos, sem equilíbrio, encontram-se, em quantidade, vivendo angústias. Há, porém, múltiplas situações de dificuldades sobvindas acima da aptidão das pessoas. Cumpre distinguir a ânsia do perdulário e do imprudente e o sofrimento de quem é vítima da surpresa ou da maldade do jogo de interesses sem freios. Por vezes, a concentração do poder econômico elimina produtos e concorrentes, com a indiferença ou a tolerância de governantes.

Nas grandes crises, entretanto, quando a energia do homem é

superada pela força dos acontecimentos, cabe a intervenção protetora do Estado. Não se trata de assistencialismo ao poder econômico. Importa amparar os fracos, ou os que fracos se tornaram por efeito de fatores imponderáveis, ou irresistíveis. Nesses momentos, o que há de predominar é a necessidade de resguardar o equilíbrio da vida econômica. Dá-se ajuda ao infortunado para evitar que o desequilíbrio do mercado, com o domínio de alguns, aumente a exploração sobre a economia popular.

Veja-se o que significa de gravidade um grupo poderoso como o do Pão-de-Açúcar ser impelido a ceder cerca de 35% ou mais do seu capital com direito a voto a um grupo estrangeiro. Mesmo que o grupo brasileiro mantenha o controle da empresa, é avultado o ingresso do capital externo,

que pode crescer no negócio. Tanto mais delicado é o quadro criado porque se trata de estabelecimento de venda de produtos alimentícios, e de outros essenciais, a toda a população, inclusive aos pobres. O risco é de aumento sem atenção aos interesses imediatos da coletividade em geral. Não se esqueça que a globalização, sendo irresistível, operou até agora contra os povos tecnológica e economicamente menos desenvolvidos.

Não é hora, pois, de pensar na estrutura neoliberal do sistema, ou o que for, mas na sorte da população. Nos três planos de governo, no federal, no estadual e no municipal, é imperioso adotar medidas que evitem o enfraquecimento crescente da economia. A competição do poder econômico precisa ser, normalmente, disciplinada. O equilíbrio das relações mercantis se converte, porém, em providência de ordem pública, no curso de crise como a presente. É o povo que o poder público protege, evitando o desajustamento econômico em expansão. Numa economia de salários em geral contidos, é preciso evitar a aceleração de preços e tarifas. Por prudência.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia